

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Município de Vila Nova de Poiares (adiante designado por Município), que compreendem os fluxos de caixa, o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de balanço de 53.792.655,33 euros e um total de capital próprio de 28.134.165,97 euros, incluindo um resultado líquido de 415.440,28 euros), a demonstração dos resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 18.448.115,02 euros de despesa paga e um total de 19.481.649,55 euros de receita cobrada líquida, relativos ao ano findo naquela data, e os anexos às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Município de Vila Nova de Poiares (adiante designado por Município) em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reserva

O processo de inventariação de imobilizado corpóreo ocorrido em 2002 (balanço inicial) não constitui garantia de plenitude. A este facto acresce que as obras executadas por administração direta são transferidas para imobilizado corpóreo, sem apuramento do seu custo pela contabilidade de custos. Por outro lado, existem obras em curso, desde anos anteriores, que podem representar apoios em espécie a outras entidades. Assim, apesar de terem sido reconhecidos os movimentos ocorridos em 2016, designadamente as aquisições e os abates, não foi possível validar as contas de imobilizado corpóreo e em curso. Decorrente deste facto, existem limitações relativamente à validação do fundo patrimonial, dos proveitos diferidos relacionados com subsídios a investimentos contratados em anos anteriores, e associados a obras decorridas naqueles anos e dos resultados do período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



Ênfases

Conforme referido nas notas 8.2.3, 8.2.7, 8.2.8 e 8.2.27 do anexo, o Município constituiu provisões para fazer face a eventuais responsabilidades decorrentes de acontecimentos passados, no montante de 416.419,09 euros. A quantia das provisões foi estimada tendo em consideração o conhecimento e expectativa do Município para essa responsabilidade. No entanto, este valor pode diferir do valor pelo qual o Município vier a ser responsabilizado.

Conforme referido na nota 8.2.3 c) do Anexo, encontra-se em fase final de implementação o sistema de contabilidade de custos, estando prevista a sua entrada em funcionamento no decorrer de 2017.

O Município elaborou um Plano de Ajustamento Municipal (PAM), tendo solicitado um empréstimo de assistência financeira concedido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM), no montante de 14.113.947,55 euros, que obteve visto do Tribunal de Contas em 11 de julho de 2016, conforme relatório de gestão. Deste empréstimo, foi recebida, em 2016, uma tranche de 11.423.784,13 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

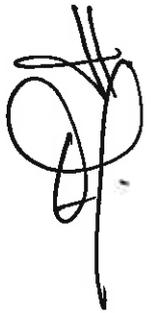
O órgão de gestão é responsável pela:

- *preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da entidade de acordo com os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério das Autarquias Locais (POCAL);*
- *elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;*
- *criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;*
- *adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e*
- *avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.*

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.





As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- *identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;*
- *obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;*
- *avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;*
- *concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;*
- *avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;*
- *comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.*

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

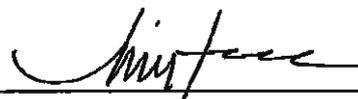


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

E m nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 24 de abril de 2017



RIBEIRO, PIRES, SOUSA & ASSOCIADOS
Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda
Representada por
Dr. Rui Alberto Machado de Sousa
ROC nº 668